

Diário do Legislativo de 02/06/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 32ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 33ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/5/2009

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João e Weliton Prado; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2008; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.577/2008; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.592/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007; aprovação com a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.715/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2009; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.358/2008; discurso do Deputado Weliton Prado; encerramento da discussão; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.169/2009; encerramento da discussão; discursos dos Deputados André Quintão e Weliton Prado; aprovação com a Emenda nº 1; declarações de voto; questões de ordem; declaração de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda e a Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH -, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo matéria a ser apreciada na 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.243/2008 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.186/2009 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à mesa requerimento do Deputado Weliton Prado, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.358/2008 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.354/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.577/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Fama. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arceburgo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.592/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1, com a Subemenda nº 1, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emenda e subemenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.297/2007 com a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.715/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.008/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de

Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.358/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Estado de Minas Gerais os imóveis que especifica, situados nos Municípios de Uberlândia e Unaí. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Serei breve, Sr. Presidente. Gostaria apenas de dizer que estou discutindo e já encaminhando favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.358/2008, que é muito importante. Ainda bem que conseguimos destravar a pauta e votar vários projetos. É fundamental a doação dessa área pelo DER-MG a Uberlândia para que sejam construídas casas populares; a população dessa cidade será muito beneficiada. Mais uma vez, quero encaminhá-lo favoravelmente e também parabenizar todos os Deputados. E ainda, de forma especial, gostaria de manifestar meu reconhecimento pelo trabalho dos Deputados de Uberlândia, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, pelo empenho na aprovação desse projeto, que com certeza, beneficiará um grande número de famílias.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.358/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.169/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de falar em nome do Bloco PT-PCdoB sobre esse importante projeto que autoriza uma nova operação de crédito do Estado junto ao BID no valor de até US\$260.000.000,00. Deixamos claro que a nossa posição em relação ao conjunto da pauta é de obstrução, principalmente em função do projeto que cria a agência de saneamento vinculada à Copasa, por vários motivos. Mas, por meio do Líder de Governo, recebemos apelo do Governador para que pudéssemos buscar entendimento, de forma que Minas Gerais não perca a oportunidade de ter acesso ao recurso, que será utilizado principalmente para concluir as obras do Processo: pavimentação, ligação asfáltica dos Municípios, recuperação das rodovias mineiras, investimentos em logística de transporte.

Estamos aqui num gesto de compromisso com o Estado de Minas Gerais - que isso fique bem claro -, diferentemente do que a Oposição faz com o governo Lula. Lá atrapalha-se como pode; aqui não é assim; aqui a Oposição tem responsabilidade com o Estado, até porque, num momento de crise econômica, sabemos que o melhor remédio é o investimento e o papel do poder público. Não podemos permitir que haja retração dos investimentos de forma alguma. As condições a serem negociadas seguem padrões normais. Gostaríamos que, nos padrões que ainda não foram concluídos, fossem observados a carência de três a quatro anos, o prazo de até 25 anos e a taxa média de juros de até 4,8% ao ano. Esse é um compromisso explícito, aliás, em nota técnica do governo do Estado. Portanto vamos votar favoravelmente a esse projeto devido à urgência, à relevância, ao apelo do Governador, mas sobretudo ao interesse público, que está em jogo, ao interesse dos Municípios. Todos devem saber que a Oposição, o Bloco PT-PCdoB, está junto aos demais Deputados garantindo recursos para o Processo, para a recuperação de rodovias e para a melhoria na logística de integração de transportes.

É evidente que a pauta que deve continuar aqui na Assembleia tem outros pontos. Estamos reafirmando a importância de se esgotar, no tempo que for necessário, a discussão sobre a criação da agência. Junto a outros partidos e ao próprio PMDB, reivindicamos, e o governo aceitou retirar o pedido de urgência na tramitação do projeto. Queremos prosseguir no debate; queremos maior flexibilidade dos representantes do governo para incorporar as sugestões dos Municípios e da Oposição; queremos que haja maior respeito dos representantes do Estado nas audiências públicas, no envio de informações. Esta Casa precisa ter todas as prerrogativas inerentes ao seu papel de fiscalização. É necessário construirmos uma agenda legislativa prévia, de iniciativa dos Deputados. Não podemos ficar com projetos brechados por vício de cume de iniciativa. Acho que a iniciativa do Deputado é tão importante quanto a do Executivo. Por isso, queremos propor uma agenda legislativa clara.

Em função desse conjunto de propostas, em função da retirada do pedido de urgência em relação ao projeto que cria a agência, mas sobretudo em função do interesse dos Municípios e dos cidadãos mineiros, pois estamos cientes da nossa responsabilidade de Oposição, que pensa no Estado, e principalmente em dotá-lo de todos os instrumentos para o enfrentamento da crise, na perspectiva de não diminuir investimentos, é que nós, do PT e do PCdoB, encaminhamos favoravelmente a aprovação do Projeto de Lei nº 3.169/2009.

Lembramos que essas condições que ainda não foram fechadas devem permanecer: carência entre 3 e 4 anos, prazo de até 25 anos e taxa básica de 4,8% ao ano. Trata-se de um voto de confiança nessas condições e de uma manifestação de respeito aos cidadãos de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Prometo que serei bem breve mesmo. Não poderia deixar de mencionar aqui a responsabilidade do Bloco PT-PCdoB pela aprovação desse projeto. Isso mostra o compromisso do PT e do PCdoB com o Estado de Minas Gerais, com a população mais necessitada. O empréstimo a que estamos votando favoravelmente é de US\$260.000.000,00. Para quê? Para implementar o Processo, fazer a ligação asfáltica entre os Municípios que ainda não são ligados por asfalto. Isso é importantíssimo para o desenvolvimento e a recuperação das estradas, que, às vezes, estão em péssimas condições. O nosso apoio mostra ao governo a nossa responsabilidade. Aquilo que é bom para o Estado votamos favoravelmente, ao contrário do posicionamento de muitos em Brasília, que tentam prejudicar o País atrapalhando o governo Lula. Fica aqui o nosso encaminhamento favorável à aprovação do empréstimo de US\$260.000.000,00 para o Processo, para ligação asfáltica.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.169/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, como bancada, fizemos a nossa parte apoiando esse projeto e votando favoravelmente a ele. Aproveitando a presença de V. Exa. aqui no Plenário como Líder do Governo, gostaria de dizer que esperamos que o DER também faça a sua

parte. E também que os nobres colegas Presidentes de Comissão nos deem a oportunidade de fiscalizar. A atividade é a essência do Poder Legislativo. Se é para o Processo, para Municípios que estão isolados, sem asfalto, e também para o Promg, que haja a recuperação de rodovias que estão esburacadas. Sr. Presidente, o que não pode acontecer é as estradas que foram recuperadas a menos de um ano já estarem todas esburacadas. Quero lembrar aqui a estrada que liga Carandaí a Capela Nova, que foi recuperada recentemente: está lá uma enorme placa do governo do Estado, mas a rodovia já apresenta buracos. A estrada que liga o Município de Queluzito ao de Casa Grande também é uma vergonha. Na semana passada, percorri o trecho que liga Salinas a Taiobeiras. O asfalto está cheio de problemas. Esta Casa tem de acompanhar mais de perto essas obras. Nas Comissões, nas audiências públicas e nas visitas técnicas, deve ser assegurada a presença do Bloco PT-PCdoB. Votamos favoravelmente ao projeto. Esperamos que a Casa e os demais colegas colaborem para que a gente possa exercer o que é a essência do Poder Legislativo: fiscalizar. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, mostramos a nossa responsabilidade e compromisso com o Estado de Minas Gerais ao votarmos a favor de todos os projetos bons para ele. Encaminhamos favoravelmente a esse projeto e construímos um acordo nesta Casa para que os projetos fossem apreciados e aprovados. O projeto é muito importante, pois serão emprestados US\$260.000.000,00, para permitir que o asfalto, tão sonhado por muitas cidades há décadas, se torne realidade. Com essa ligação asfáltica, será facilitado o acesso às escolas e haverá possibilidade de investimento nos Municípios e geração de emprego. Muitas empresas não têm interesse em se instalar em determinado Município pela dificuldade de acesso. Agora, o asfalto, com certeza, facilitará esse acesso e permitirá a geração de emprego e renda. Muitos estudantes sofrem para chegar às escolas, que, muitas vezes, estão localizadas na zona rural. Votamos favoravelmente à aprovação desse projeto, que proporcionará o empréstimo de US\$260.000.000,00 ao Estado. Queremos também acompanhar a execução da obra. Há outro problema sério: as estradas estaduais estão em péssimas condições, e esses recursos serão utilizados também para a sua recuperação. Dentre tantos projetos que votamos nesta noite, gostaria de destacar o que doa ao Município de Uberlândia uma área pertencente ao DER-MG, para ser utilizada na construção de moradias populares. Isso é muito importante. O governo Lula tem-se preocupado muito em garantir moradia principalmente para os mais pobres, com o belíssimo programa de inclusão social denominado Minha Casa, Minha Vida, que garante casas a juros muito baixos para as pessoas de baixa renda. Agora haverá possibilidade de essas casas serem construídas, pois um dos grandes problemas é a falta de um terreno para isso. Com a aprovação desse projeto, haverá área para a construção de cerca de 5 mil moradias em Uberlândia. Fico extremamente feliz por ter ajudado a aprovar esse projeto nesta Casa. A doação desse terreno ao Município de Uberlândia permitirá a construção dessas moradias o mais urgente possível. Passo ao Prefeito de Uberlândia, Odeldo, a nossa contribuição. Aprovamos o projeto para que a construção dessas moradias aconteça o mais rápido possível. O governo federal está se empenhando na liberação dos recursos. Está tudo certo. É uma grande felicidade termos votado a favor de um projeto tão importante como esse. Até solicitamos a inversão da pauta para que fosse aprovado em primeiro lugar. Isso aconteceu, e a área do DER será doada ao Município de Uberlândia, para que seja garantida a construção de moradias populares. Sabemos o quanto é grande o déficit habitacional em nosso Estado. A doação desse terreno possibilitará o atendimento a 5 mil famílias. Fico extremamente feliz e gratificado por ter votado a favor desse projeto e ajudado a aprová-lo, pois ele é extremamente importante. Aproveito para parabenizar os Deputados de Uberlândia e, de forma muito especial, o Deputado Luiz Humberto Carneiro, pelo empenho na tramitação e aprovação desse projeto.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente e colegas Deputados, gostaria apenas de registrar a nossa satisfação por termos aprovado esse projeto, que acompanhamos desde o primeiro momento ao lado de todos os nossos colegas desta Casa e que, de forma muito especial, demonstra uma união que não é de agora, mas de sempre, da nossa Bancada do PSDB. Durante todos aqueles embates em que, em alguns momentos, eram feitos alguns questionamentos, mostramos que o governo de Minas tem agido com seriedade e competência, pois, de fato, organizou as finanças públicas. Por isso, Minas Gerais voltou a ter crédito, a contar com financiamentos de organismos financeiros internacionais. E vejamos que isso ocorre em tempo de crise e de escassez de crédito! Pelo que sabemos, neste momento, Minas Gerais é o único Estado da Federação que recebe um investimento dessa monta, fruto do seu trabalho sério. E isso não cai do céu, não ocorre por acaso. Seria absurdo se a Assembleia continuasse, de alguma forma, obstruindo ou deixando de votar um projeto tão importante, que não trata simplesmente de tomar dinheiro emprestado a juros bem abaixo do mercado, 3,5% ao ano, e com prazo bem dilatado. Qual a importância disso? É justamente podermos, neste momento, garantir a continuidade do Processo; garantirmos a continuação de um projeto que leva asfalto a milhares de pessoas tão isoladas, tão ilhadas. E não somente esse projeto: registro aqui que estaremos ao lado do Governador Aécio Neves, trabalhando para que esse recurso possibilite concluir o Processo e iniciar outro projeto extremamente importante, que já está sendo batizado de Links Rodoviários ou Ligações Rodoviárias, que ligará algumas regiões estratégicas. Posso citar alguns pedidos nossos que estão nas mãos do Governador e que acompanharemos, para que possam ser realizados o mais rápido possível, como a ligação entre as cidades de Pitangui e Papagaios, obra que se encontra inacabada. Ao fazer essa ligação, ligaremos a BR-262 à região da BR-040, encurtando-se distâncias regionais. A ligação de Divinópolis, da BR-050 à BR-262, passando por Igaratinga, é outro problema sério na nossa região. No Centro-Oeste, o Processo já foi concluído: o último trecho foi o de Camacho. Lutamos muito para ligar Itapeçerica a Camacho. Mas há esses dois "links" importantes. Ainda é necessário atender à cidade de Araújos, que agora está isolada porque caiu uma ponte. Está ilhada, o único acesso está isolado. Cerca de 20km seriam suficientes para ligá-la à BR-262. É pouca coisa, mas é importante. Há ainda a ligação de São Tiago, minha terra natal, a Bom Sucesso, a Resende Costa, a Mercês de Água Limpa, que é distrito de São Tiago, e a Nazareno. Esse trecho está em fase de projeto, pois o Governador já nos autorizou sua elaboração. Com esse dinheiro dará para terminar o Processo e começar esses "links" rodoviários. Ainda há demanda para se ligar Divinópolis à cidade de São Sebastião do Oeste. Com o pedágio, muitos moradores e muitas pequenas empresas ficaram prejudicados, já que é uma cidade quase irmã. A relação entre os moradores é como se fosse a de um grande bairro ligado a Divinópolis. Lutamos agora por um asfalto que ligue essas cidades, para simplificar a vida daqueles moradores. Se aprovamos essa operação de financiamento, US\$260.000.000,00 são mais de R\$500.000.000,00. É claro que esse dinheiro será aplicado para melhorar a qualidade de vida da nossa gente, do povo mineiro. Por isso foi com alegria que todos nós do PSDB trabalhamos para o projeto ser aprovado. Estaremos ao lado do Governador Aécio Neves para que esse dinheiro chegue ao seu destino: o cidadão mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, todos os Deputados e Deputadas do Bloco PT-PCdoB votamos favoravelmente ao empréstimo do Banco Interamericano, primeiro, por compreender que a nossa oposição, construída legitimamente nesta Casa, é, acima de tudo, propositiva e em favor do povo de Minas Gerais, uma oposição fiscalizadora, que finaliza os rumos e os caminhos. Assim, entendemos que a autorização desse empréstimo é, sem dúvida alguma, importante para o povo de Minas Gerais. Saliento também que, pela primeira vez na história deste país, atravessamos uma forte crise financeira internacional. É pela competência e capacidade de condução do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o País se mantém em ótimas condições para enfrentá-la. Obviamente essas condições macroeconômicas em que vive hoje o País também são refletidas nos Estados. A prova maior disso é que hoje, em vez de estarmos pedindo concordatas, como ocorreu em todas as outras crises por que passou o Brasil, estamos pedindo empréstimos e com crédito liberado. O Presidente Lula teve a capacidade de conduzir este país com firmeza e competência e hoje, sem dúvida nenhuma, é a maior liderança mundial, sendo que nós colhemos os frutos disso. Então pensamos ser importante esse empréstimo que Minas Gerais faz, o qual é também uma contribuição do Presidente Lula, da política macroeconômica para o povo de Minas. A situação é diferente, por exemplo, da época das políticas neoliberais, quando o nosso querido Governador Itamar Franco teve de pedir concordata e fazer pedido de quebra do Estado de Minas Gerais. Hoje Minas está bem porque o Brasil está bem, graças a Deus, e que assim seja. Quero também reforçar que o empréstimo é importante em um aspecto fundamental: a infraestrutura no Estado de Minas Gerais. Ainda hoje recebemos a triste notícia de que o Estado de Minas Gerais está perdendo investimentos, especialmente na área de mineração, para o Estado do Pará. Várias atividades ligadas à mineração estão indo para o Estado do Pará, mas, ao contrário do que muitos colegas pensam, não foi por causa da política de licenciamento ambiental. Muito pelo contrário, a política de licenciamento ambiental não é problema em Minas Gerais. O motivo é que Minas tem ainda graves problemas de infraestrutura para manter no Estado os empreendimentos e as empresas. O Processo e o ProMG, sem dúvida nenhuma, são muito importantes. Na oportunidade, Sr. Presidente, com esse dinheiro em caixa, os US\$260.000.000,00, R\$500.000.000,00, ficamos na expectativa de que obras sejam agilizadas, como, por exemplo, o asfaltamento do trecho que liga a cidade de Peçanha, um importante Município do Médio Rio Doce, ao entroncamento de Virgolândia com Coroaci. São quase 40km que ainda estão na terra, e Peçanha é a sede da comarca que abrange todos aqueles Municípios, sendo que até hoje, para se resolver uma separação judicial ou uma pensão alimentícia, passamos um grande sofrimento. Então aquela estrada precisa ser asfaltada, pois há uma promessa de longos anos para isso. Agora, sem dúvida nenhuma, com esse dinheiro em caixa, cobraremos e teremos a certeza de que essa obra será agilizada. Da mesma forma, Sr. Presidente, aprovamos e incluímos uma janela no Plano Plurianual de Ação Governamental, o PPAG, para asfaltar, por meio do ProMG - nesse caso não é o Processo, mas o ProMG -, a estrada que liga Belo Oriente

a Santana do Paraíso, passando pela comunidade do Bagre. O asfaltamento da estrada é de fundamental importância, porque hoje todo o fluxo passa pela BR-381, causando grandes transtornos e atrasos e colocando em risco a vida daqueles que precisam passar por ali. O caminho é muito direto para Belo Oriente, Santana do Paraíso e Ipatinga. Já está no PPAG, agora já há o dinheiro, e temos a convicção de que o Governador terá responsabilidade e fará cumprir o PPAG, executando o asfaltamento da cidade de Belo Oriente a Santana do Paraíso, o qual passará pela comunidade do Bagre. Por isso a Bancada do PT, juntamente comigo, que sou do PCdoB, vota favoravelmente ao projeto, e sempre haveremos de votar favoravelmente ao povo de Minas Gerais.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, nosso voto foi favorável. Minas Gerais está colhendo frutos de um governo que planejou, e é importante dizer que esse planejamento também só foi possível devido às bases que o PSDC, com seus aliados, lançou no nosso país, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e tantos outros instrumentos que deram oportunidade para que o Brasil tivesse base para fazer planejamentos. É interessante, porque Minas Gerais conseguiu isso, mas essa não é a realidade de outros Estados brasileiros. Venho recentemente da Bahia, onde participei de encontro com vários empresários, e alguns fornecedores do governo baiano estão há oito meses sem receber. Se o governo federal é tudo isso, se resolveu a situação do Brasil, por que não resolve a dos outros Estados? Vamos falar da realidade. E o fato é que Minas Gerais planejou. Temos feito os pagamentos, o orçamento está sendo executado, o governo de Minas Gerais fez o dever de casa. Em 2003, no início da administração, fez um choque de gestão, uma administração segura, com cortes. Isso possibilitou chegarmos às condições atuais, de que nem todos os Estados brasileiros desfrutam, tanto que não conseguem realizar pagamentos importantes para a sua própria economia. Devemos, portanto, reconhecer o que tem sido feito em Minas Gerais. As notícias estão aqui agora, e sentimos as expectativas em relação a mais asfalto. Estamos conhecendo os próximos trechos, que serão asfaltados com esses recursos cujo empréstimo a Assembleia Legislativa autoriza o governo do Estado a contrair. Serão 230 acessos. Isso é histórico! Nenhum governo conseguiu tal realização em Minas Gerais, em qualquer momento da nossa história, mesmo naqueles de grande desenvolvimento do País. É realmente uma noite para o nosso governo e para a base do Governador Aécio Neves comemorar; celebrar que o governo tenha todo esse atendimento não apenas no Brasil mas também fora dele. O meu partido, o PSDB, tem um compromisso com o Brasil. Vimos agora, lamentavelmente, que Minas Gerais, que receberia da Cide - especialmente da Petrobras - quase 1 bilhão, receberá 12 milhões, por uma conta feita pela Petrobras, que atingirá o nosso Estado. Espero que o governo federal mude isso e que não puna Minas dessa maneira. Os mineiros não podem ser punidos dessa forma. As estradas federais em Minas já punem o cidadão e a cidadã do Estado. Somos punidos por causa dos riscos das estradas sem manutenção e também com a ausência do policiamento da Polícia Rodoviária Federal; aliás, ela está tratando de escuta telefônica. Ora, Minas Gerais espera que o governo federal coloque a Polícia Rodoviária Federal nas estradas, dando segurança à população. E, como sabemos, as estradas federais cortam a Região Metropolitana de Belo Horizonte e todo o Estado; 24% da malha rodoviária federal passa por Minas. Queria declarar o voto do PSDB, da base do governo, que é composta por tantos companheiros, como o Doutor Viana e o Deputado Hely Tarquínio, o qual fez parte do governo Aécio Neves e, com seu conhecimento, deu uma grande contribuição. Todos nós que apoiamos este governo estamos juntos com Minas Gerais, colhendo os frutos de uma tarefa árdua, mas um trabalho sério em favor da população de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Doutor Viana. Quero também manifestar meu contentamento pela aprovação, em 1º turno, de projeto tão importante para o desenvolvimento de Minas e do Brasil. Tive o prazer de ser relator da matéria, Sr. Presidente. Debates em várias reuniões e conseguimos apresentar um parecer na Comissão de Constituição e Justiça, o qual veio, com certeza, dar a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade dessa matéria que acabamos de votar em 1º turno. Tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, que nesta noite estamos dando um grande passo para a continuidade do desenvolvimento. O orador que me antecedeu manifestou que não houve nenhuma participação do governo Lula na aprovação desse projeto. Aliás, o projeto foi nascido da inteligência do grande estadista, o nosso Governador, que conseguiu, por sua credibilidade, por sua ética, por sua moralidade pública, mostrar, no exterior, sua participação nesse processo. Ele tem credibilidade em qualquer instituição internacional. É isso que aprovamos. Estamos dando ao nosso Governador a lei para que possa Minas Gerais receber o desenvolvimento por meio de mais créditos. E esse crédito não está parado, ele tem, acima de tudo, trazido o bem-estar social, o desenvolvimento a todas as partes do Estado. Quero dizer a V. Exas., Deputados Doutor Viana e Hely Tarquínio, o quanto é importante a aprovação desse projeto, em 1º turno, nesta noite e, em 2º turno, amanhã, às 9 horas, porque vamos oferecer ao Governador a credencial para que Minas possa ter mais desenvolvimento. Temos, acima de tudo, grandes obras. Vamos nos referir agora ao "link" faltante. Temos o compromisso do asfaltamento, e o Governador também, de Bueno Brandão a Socorro, no Estado de São Paulo; temos o asfaltamento de Luminárias a São Bento Abade e Três Corações. Temos, ainda, nesse projeto, o contorno para as cidades de Cruzília e Andradadas, a estrada de Jacutinga a Monte Sião. O grande projeto do "link" faltante é o asfaltamento de Senador José Bento a Borda da Mata. O Prefeito esteve conosco ontem, e estamos aguardando uma audiência para buscar o encaminhamento desse projeto. Temos o asfaltamento de Ouro Fino, minha terra natal, a Santa Rita de Caldas, um grande sonho da nossa região. Temos também, já prevista para o dia 24 de junho, a licitação do projeto para Jacutinga e Espírito Santo do Pinhal. E temos, ainda, Sr. Presidente, recursos garantidos para a duplicação da estrada de Andradadas, em Minas Gerais, com o Estado de São Paulo, dividindo com Santo Antônio do Jardim. Esse projeto já foi anunciado e tem licitação prevista para 24 de junho próximo. São muitas obras. Somente no Sul de Minas, temos muitas em andamento. Também já anunciado e iniciado, temos o asfaltamento de Jacutina a Albertina. Ainda o asfaltamento de Marmelópolis e Conceição das Pedras. O Vice-Governador também já anunciou o início da licitação para 24 de junho deste ano. Estamos dando um grande passo para o desenvolvimento; desenvolvimento a que já estamos acostumados. O próprio Governador, desde o primeiro momento, imprimiu, na sua condição de grande líder, o jeito de fazer, e fazer bem. Quando executa, tem dinheiro. Por isso estamos votando este projeto. Quando isso for anunciado, o Estado já terá esses recursos. Nenhuma obra foi anunciada pelo Governador sem que ele tivesse os recursos. Isso é do seu feitio, é a marca do seu governo. Ele não anuncia nenhuma obra sem ter recursos. Os Deputados estarão aguardando, no Palácio da Liberdade, o anúncio de novos investimentos em decorrência deste projeto, do qual tive a honra de ser relator, deste projeto que vai oferecer a Minas o passaporte do desenvolvimento neste mandato invejável do maior e melhor Governador deste país. Com certeza, Doutor Viana, estamos dando ao nosso Governador a resposta de que queremos mais desenvolvimento, nosso Estado fortalecido, nosso povo feliz, nossa gente alegre e o desenvolvimento fazendo com que o Estado de Minas Gerais seja o melhor para se investir. Com certeza amanhã votaremos este projeto em 2º turno e, logo, veremos o desenvolvimento continuado em todos os rincões de Minas Gerais.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, não quero estender-me na fala, até porque estaria praticamente repetindo as palavras dos nobres colegas. Mas gostaria de lembrar que houve um personagem de suma importância nesse cenário, que foi o Secretário Fuad. Estivemos com ele de manhã, e ele afirmou que, em reuniões com o Governador, mostrou-lhe a importância de manter o investimento no Processo, e o Governador manteve sua palavra de que recursos seriam destinados recursos ao programa. Então, o Secretário Fuad teve um papel fundamental nesse processo. Gostaria também, desde já, de parabenizar o nosso Ministro Hélio Costa, também cogitado para candidato à Presidência da República, que tem o privilégio das pesquisas que declaram, com tranquilidade, a preferência do povo mineiro. É o PMDB mostrando que não apenas está participando do governo, como também tem tomado a frente e representado um papel de suma importância. Devido a isso, as pesquisas têm demonstrado a credibilidade do PMDB e do nosso Ministro Hélio Costa.

Questões de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, tivemos uma noite importante. Conseguimos votar muitos projetos que estavam na pauta. Votamos o empréstimo de US\$260.000.000,00 a ser contratado com o BID para o Processo, para fazer ligações asfálticas. Outro projeto muito importante, que gostaria de destacar, é o Projeto de Lei nº 2.358, que doa uma área do DER a Uberlândia, para a construção de casas populares. O governo Lula já conseguiu a liberação dos recursos do programa Minha Casa, Minha Vida. Quero, inclusive, parabenizar o trabalho e o empenho do Deputado Federal Elismar Prado. Os recursos já estão garantidos, e a área já está aqui. Fizemos a nossa parte, aprovamos o projeto para a doação da área para Uberlândia, agora é função do Prefeito garantir que essa área esteja à disposição da população para que as obras possam começar, beneficiando milhares de famílias com a casa própria. É realmente um programa magnífico. Gostaria de parabenizar e agradecer a todos os Deputados, de forma especial ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, por seu empenho pela aprovação desse projeto. Para finalizar, gostaria de comemorar a retirada do pedido de urgência do projeto do governo do Estado que cria a agência reguladora no Estado de Minas Gerais. Foi mais uma vitória. Ganhamos tempo para discuti-lo e fazer as mudanças necessárias, porque a agência tem que ser de saneamento; agência que cumpra os requisitos da Lei nº 11.445, e não uma agência tarifária para homologar as vontades do governo e aumentar o valor da tarifa de água e esgoto. Isso não podemos permitir. Foi uma grande vitória. Não podemos aceitar uma agência que tenha como única intenção aumentar o valor da conta de água no Estado. Já é muito caro o valor da água da Copasa, uma das tarifas mais altas do Brasil. Aliás, o seu aumento está suspenso pela Justiça por meio de uma representação que apresentamos ao Ministério Público: só poderia

haver aumento se houvesse uma agência, e não havia agência desde 2007. Por isso, conseguimos na Justiça suspender o aumento do valor da tarifa de água da Copasa. Estamos fazendo uma mobilização com os Vereadores, com as entidades, em todo o Estado de Minas Gerais, como fizemos com a campanha relativa à Cemig: analisamos a planilha de custos, conseguimos provar os furos, e foi a primeira redução, na história de Minas Gerais, em 56 anos da Cemig, no percentual de 17%. Agora, essa vitória na Justiça, que impede aumento no valor da água, e a retirada do pedido de urgência do governo são fundamentais para que possamos aprofundar o debate. Apresentei um substitutivo ao projeto, assim como várias emendas importantes que dizem respeito à participação popular, ao controle social, a fim de que os cargos que compõem a agência não sejam só indicados pelo Governador, porque quem ocupá-los só fará o que o governo quiser; serão cargos de confiança. Há necessidade de haver concurso público, e o mandato não poderá coincidir com o do Governador, pois se deve garantir um espaço, um intervalo, porque agência não pode se confundir com governo; agência tem de ter autonomia, independência, porque, se fizer tudo o que o governo quer, a Lei nº 11.445 será ferida. E a agência não pode dar aumento, pois é agência de fiscalização, de regulação; não pode aumentar o valor da conta de água e de esgoto, que já é muito cara no nosso Estado. Aliás, outro grande problema, problema seriíssimo, é o fato de a Copasa cobrar por esgoto onde esse serviço não é prestado. Isso não podemos admitir. A legislação é bem clara: só se pode cobrar pelo serviço realmente prestado. Como ela cobra pelo esgoto numa cidade que não tem tratamento de esgoto? Ou numa cidade que canaliza o esgoto lançando-o nos rios, córregos e lagos, poluindo o meio ambiente? Mais uma vez, falo da minha felicidade pela aprovação do projeto que doa áreas do DER à cidade de Uberlândia para construção de casas populares. Serão 5 mil moradias em Uberlândia. Aqui se encontra o Prefeito Odelmo, aqui está a nossa contribuição: aprovamos o projeto para a construção de casas populares em Uberlândia por meio de doação de terreno do Estado. Esperamos que as obras sejam concluídas o mais rápido possível.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de hoje, pela manhã, participar de uma solenidade no Palácio da Liberdade com o Governador Aécio Neves, em que foi colocado à disposição da sociedade mineira, sobretudo das entidades assistenciais, o programa Energia do Bem. Esse programa apoia entidades assistenciais, sobretudo asilos, diminuindo-se o custo de manutenção dessas casas, trazendo mais benefícios, mais tranquilidade para todos os que delas utilizam. Parabéns também a aprovação do projeto, que dará condições a Minas Gerais de continuar com o asfaltamento, com a ligação entre os Municípios do Estado, sobretudo aqueles que não são servidos pela pavimentação asfáltica. Sabemos da importância desse programa - o Processo -, e o tanto que ele tem mudado a vida das pessoas, ocasionando desenvolvimento, salvando vidas, porque em alguns Municípios, infelizmente na época das chuvas, nem ambulância consegue sair para atender a uma emergência. O governo do Estado, ao receber esse empréstimo, mostra-se enquadrado em todos os limites fiscais que a lei determina. E esse enquadramento, sobretudo na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Emenda Complementar nº 101, traz a condição de se beneficiar cada vez mais o povo dessas Gerais. Estamos com o Governador Aécio Neves na certeza de que essas obras, tão logo a Assembleia aprove esse projeto, serão liberadas. O Governador está ansioso pela liberação desses recursos, o que inclusive confidencia ao Deputado Doutor Viana ao se referir à necessidade premente de sua aprovação. Daqui a pouco, vamos ter chuvas, e nessa época as obras são paralisadas, andam em ritmo lento e algumas não têm a produtividade que todos desejamos. A Assembleia e o Governador do Estado estão de parabéns. Tão logo essas obras sejam iniciadas, esperamos, no próximo ano, já inaugurá-las e passar por essas vias, que trarão desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida para todos os mineiros. Obrigada.

Declaração de Voto

O Deputado Zé Maia - Quero destacar a importância da aprovação deste projeto. Tive o privilégio de ser o relator dessa matéria no 1º e no 2º turno na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O projeto vai permitir que o Governador Aécio Neves faça importantes investimentos, promovendo o desenvolvimento do nosso Estado. Depois de realizar o programa Processo, que está levando o asfalto a todos os Municípios de Minas Gerais, tão importante para a promoção do desenvolvimento, agora, por meio de programas previstos no PMDI, como a "Logística de integração e desenvolvimento", poderá ser feito o asfaltamento desses "links" faltantes. Trata-se das interligações rodoviárias, trechos de asfaltamentos de rodovias que estão faltando, e que o governo do Estado poderá fazer com a aprovação deste projeto, por meio do empréstimo junto ao BID. Outro programa contemplado é a "Rede de cidades e serviços", que vai possibilitar investimentos nas áreas de educação, saúde, habitação, assistência social, saneamento básico e inovação tecnológica. Também vai possibilitar investimentos para inserção nacional e internacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, além de permitir aos pequenos Municípios acesso aos serviços básicos de assistência social. E ainda há previsão desses investimentos para inserir os Municípios mineiros, de forma competitiva, nos espaços econômicos nacionais. Portanto estamos falando de investimentos da maior envergadura e importância. Faço essa referência especial aos "links" faltantes, ao asfaltamento de rodovias que permitirá a integração da malha rodoviária, o desenvolvimento e a atração de novos investimentos para o nosso Estado, com a consequente geração de empregos. Por tudo isso, a aprovação deste projeto, com os investimentos que o Governador Aécio Neves fará, mudará para melhor a vida do povo de Minas Gerais. Obrigada.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 28, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/5/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão; aprovação - Questões de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.169/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.089/2009; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2009; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Juares Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 1.297/2007, 2.243, 2.354, 2.358, 2.577, 2.592 e 2.715/2008, e 3.008 e 3.057/2009, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 2.858/2008, 3.186 e 3.188/2009 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, aproveitando a presença do Líder do governo, quero dizer que hoje, o Governador Aécio Neves, por meio da imprensa, fazendo alusão ao fato de Minas Gerais infelizmente ter entrado no "ranking" dos Estados que mais desmata no nosso país, solicitou urgência na votação, pedindo à Assembleia que agilize, de um projeto que limita o desmatamento. O desmatamento é uma questão grave em Minas Gerais. Ele disse que fará um apelo até para a Oposição da Casa nesse sentido. Sugiro ao Deputado Mauri Torres que solicite urgência na votação porque, parece, o problema não está na Assembleia. Parece que existe um problema de entendimento no governo; parece que há uma polêmica envolvendo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; parece que há um conflito de entendimentos sobre o conteúdo do projeto. A Oposição está disposta a pedir urgência para esse projeto. Talvez exista uma situação delicada no governo, mas a Oposição, para evitar a continuação do desmatamento em Minas Gerais, assim como está ajudando o projeto de empréstimo do governo, ajudará também o meio ambiente.

O Sr. Presidente - Solicito a V. Exa. que formalize, por meio de requerimento, a sua solicitação.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Manifesto minha apreensão e inquietude diante da situação grave acontecida em Minas Gerais. Ontem, ouvimos a manifestação de um parlamentar, dizendo que tínhamos que acelerar, por exemplo, a votação relacionada à Serra da Moeda e que as dificuldades impostas pelo IEF são muito grandes no Estado, havendo demora no licenciamento. No entanto, parece-me que não é essa a ação. Alguém está utilizando esse argumento para agir de modo enviesado, afrontando a lei e o controle do Estado com ações devastadoras para o meio ambiente. Manifesto meu apoio para implementarmos, o mais rápido possível, a política ambiental no Estado de Minas Gerais, para preservarmos o que resta da mata atlântica, para preservarmos os nossos cerrados, que têm uma riqueza de flora e de fauna incomparável, sem paralelo com outras regiões do País e do mundo e precisa ser analisadas. Trata-se de áreas que precisam ser preservadas, e não será depois da devastação que manteremos um ambiente saudável e necessário para o pleno desenvolvimento humano em nosso Estado. Minas Gerais tem que dar o exemplo e reagir com muita agilidade ao que essas denúncias nos dão a conhecer neste momento. Este é o momento para a Assembleia Legislativa dar uma resposta e estabelecer uma política ágil, com uma visão clara do que precisa ser preservado em Minas e do que pode ser utilizado para promover arranjos no desenvolvimento de diferentes setores do campo. Registro esse apelo e a disposição de mergulhar nessa questão para encontrarmos uma solução definitiva e ágil para esse problema que está afetando Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.169/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.169/2009 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Continua em discussão o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.561/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.418, de 26/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.872/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.089/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Divino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.089/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/6/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 5, na forma das Subemendas nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda - Coopervás. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras - MG e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 12, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 2/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.151/2009, do Governador do Estado; 2.438/2008, da Deputada Cecília Ferramenta; 2.968/2009, do Tribunal de Justiça; 3.054/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.077/2009, do Deputado Wander Borges; 3.158/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.160/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.242/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.253/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular; 3.283/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.001/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.049/2009, do Deputado Padre João; 3.050 e 3.051/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.062/2009, do Deputado Deiró Marra; 3.070/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.109/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.318/2009, do Deputado Carlos Mosconi; 3.320/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.325/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.328/2009, do Deputado Ivair Nogueira; 3.329/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 3.330/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.331/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.333/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.334/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.339/2009, do Governador do Estado; 3.340/2009, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.341/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.344/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.349/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.350/2009, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 2/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros.

Finalidade: discutir a proposta de regulamentação dos cartões de crédito pelo Banco Central.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 2/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.813 à 3.821/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 2/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a tentativa de fuga do detento Fernando Jorge Tavares e denúncias de irregularidades na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, em Governador Valadares, durante a gestão do Diretor Carlos Henrique Naciff Ferreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 2/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.879 e 3.926/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 2/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.247/2009, do Deputado Doutor Rinaldo.

Requerimentos nºs 3.887 e 3.888/2009, do Deputado Chico Uejo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 2/6/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social, 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda - Coopervás -, 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências, 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências, 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98, 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica, 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras-MG - e dá outras providências, 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, e 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 1º de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2009, às 14 horas, no Município de Passa-Tempo, com a finalidade de debater e encontrar soluções para

o assoreamento das lâminas de água da Lagoa Grande, localizada na divisa dos Municípios de Passa-Tempo, Oliveira e Carmópolis de Minas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/06/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando, a partir de 1º/6/09, Beatriz Faria de Almeida do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Josué dos Santos Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Irene Silva Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2009

Objeto: aquisição de luminárias, lâmpadas fluorescentes e reatores.

Pregoante vencedor: Valepinho Comércio para Materiais de Construção Ltda. - ME.

Belo Horizonte, 1º de junho de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.